

**LENDO LÊNIN PELA LENTE DEMOCRÁTICA: SOBRE A RECEPÇÃO DE SEU
PENSAMENTO E O PROBLEMA DA ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA**

**LEYENDO A LENIN CON LENTES DEMOCRÁTICAS: SOBRE LA RECEPCIÓN DE SU
PENSAMIENTO Y EL PROBLEMA DE LA ESTRATEGIA REVOLUCIONARIA**

**READING LENIN THROUGH DEMOCRATIC LENSES: ON THE RECEPTION OF HIS
THOUGHT AND THE PROBLEM OF REVOLUTIONARY STRATEGY**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i2.37488>

Victor Neves¹

Resumo: O artigo apresenta e problematiza a recepção do pensamento de Lênin no quadro da estratégia democrática de luta socialista, expondo elementos para uma interpretação alternativa da teoria lenineana do Estado e da revolução. Isso é feito em sete momentos. Primeiro: apresentação do conceito de estratégia democrática. Segundo: estudo de caso da recepção do pensamento de Lênin, em seus marcos, por intelectual representativo (Carlos Nelson Coutinho). Terceiro a sexto: exame da concepção, em Marx e Lênin, do lugar da ruptura no processo revolucionário, e de seu papel na superação do capitalismo e de formas parciais de consciência do proletariado. Sétimo: apontamento de limite central na leitura de Lênin pela lente democrática.

Palavras-chave: Lênin. Estado. Revolução. Estratégia.

Resumen: El artículo presenta y problematiza la recepción del pensamiento de Lenin en la estrategia democrática de lucha socialista, exponiendo elementos para una interpretación alternativa de la teoría del Estado y de la revolución de Lenin. Esto se hace en siete momentos. Primero: presentación del concepto de estrategia democrática. Segundo: estudio de caso de la recepción de su pensamiento por intelectual representativo (Carlos Nelson Coutinho). Tercero a sexto: examen de la concepción, en Marx y Lenin, del lugar de la ruptura en el proceso revolucionario, y de su papel en la superación del capitalismo y de las formas parciales de conciencia del proletariado. Séptimo: discusión de un límite central en la lectura de Lenin a través de la lente democrática.

Palabras clave: Lenin. Estado. Revolución. Estrategia.

Abstract: This article presents and problematizes the reception of Lenin's thought within the framework of the democratic strategy of socialist struggle, exposing elements for an alternative interpretation of Lenin's theory of the State and the revolution. This is accomplished in seven moments. First: presentation of the concept of democratic strategy. Second: case study of the reception of Lenin's thought by a representative intellectual (Carlos Nelson Coutinho). Third to sixth: examination of the concept, in Marx and Lenin, of the place of rupture in the revolutionary process, and of its role in overcoming capitalism and partial forms of proletarian consciousness. Seventh: presentation of a central limit in reading Lenin through democratic lenses.

Keywords: Lenin. State. Revolution. Strategy.

*É preciso
arrancar alegria
ao futuro.*

Vladimir Maiakóvski [A Sierguéi Iessiênin]

I

Lênin é incontestavelmente um clássico do marxismo. Um dos resultados disso é que a recepção de seu pensamento raramente se dá movida pelo interesse teórico desvinculado da práxis política.

Isso não é, em si, um problema: é, antes, condizente com a própria fecundidade de seu pensamento. Tal recepção geralmente ocorre refratada por lentes, prismas, uma cadeia de mediações entre a tinta impressa na folha e o cérebro que a recebe, assimila e interpreta. Articulam-se aí, num tempo imensurável, todo um conjunto de conhecimentos anteriormente acumulados, posições assumidas, fragmentos de polêmicas, lutas, interpretações do processo histórico no qual tal pensamento se desenvolveu, e daquele que se desenvolveu a partir dele.

Uma dessas lentes é a que chamo aqui de *lente democrática*.

Trata-se de uma chave de leitura do revolucionário russo que se dá nos marcos da vinculação de seu intérprete a uma *estratégia democrática*. Essa categoria, por sua vez, é uma especificação daquela de estratégia, que nada mais é, na luta de classes, do que “a teorização da combinação entre as diversas formas particulares e momentos singulares de embate” tomadas como meio para atingir um objetivo final² (IASI, FIGUEIREDO, NEVES (org.), 2019: p. 14). Uma estratégia democrática para o socialismo é aquela em que os embates presentes são todos organizados em torno do aprofundamento da democracia, e de conquistas sociais tidas como relacionadas a ela e dela dependentes. O socialismo é apresentado como decorrente do acúmulo de tais conquistas.

A democracia, em tal estratégia, é deliberadamente desacompanhada de um adjetivo que a remeta a uma classe social. Isso ocorre porque se postula que ela corresponderia a uma forma estatal que poderia ser controlada por diferentes classes. Assim, se dirigida pelo proletariado e seus aliados, se prestaria bem a pavimentar o caminho do socialismo através de seu progressivo e gradual aprofundamento, prescindindo da necessidade de uma ruptura revolucionária.

Já expus em outro lugar, com mais vagar, como essa estratégia democrática se expressou no Brasil a partir dos anos 1930, tendo informado as duas estratégias particulares hegemônicas na esquerda anticapitalista brasileira desde então: a estratégia nacional e democrática (END) e a estratégia democrática e popular (EDP) (NEVES, 2019, cap. 7 e 8). Argumentei então que ambas encontravam um importante elo de ligação na figura de um “intelectual representativo” (GOLDMANN, 1967): Carlos Nelson Coutinho. Isso significa, no que nos diz respeito aqui, que ele foi capaz de dar forma teórica unitária e coerente a certa concepção do Estado e da revolução correspondente à práxis de amplos segmentos de lutadores sociais no Brasil nas últimas décadas. Sua leitura de Lênin nos ensina bastante sobre certa interpretação, que talvez seja a mais usual entre nós até hoje, dos limites históricos de Outubro.

Procederei, portanto, a uma resumida apresentação da recepção de Lênin por esse intelectual, que fará as vezes de estudo de caso. Em seguida, apresentarei uma problematização da leitura de Lênin (e de Marx) pela lente democrática, expondo elementos para uma interpretação alternativa da teoria marxista da revolução.

II

A recepção de Lênin por Carlos Nelson Coutinho é inseparável de sua interpretação madura da Revolução Russa. Essa, por sua vez, se apoia sobre a problematização coutiniana do lugar ocupado por aquele evento na definição de uma estratégia de luta pelo socialismo³.

A Rússia czarista foi interpretada por ele enquanto formação econômico-social marcada pelas seguintes características: o capitalismo não teria transitado a sua fase monopolista de Estado; não teria havido ali, portanto, a ampliação da socialização da política e a consolidação de uma sociedade civil, que conduzissem à ampliação do Estado; a extração de excedente econômico se daria, sobretudo, sob a forma de mais-valia absoluta; a pauperização da classe trabalhadora se manifestaria como pauperização absoluta.

Assim, a dominação burguesa se daria principalmente através do Estado em sentido restrito, entendido enquanto conjunto de aparelhos coercitivos e burocrático-executivos, sob a forma de ditadura aberta. Conseqüentemente, a participação política do proletariado teria sido reduzidíssima, o que teria levado sua ação a se dar principalmente através de vanguardas pouco numerosas. Como a dominação teria se dado sobretudo coercitivamente, a reação proletária também teria se manifestado no campo da violência, levando a luta de classes a se dar de forma aberta, acirrada e explosiva.

O autor não deixou de enaltecer o heroísmo expresso em tal reação, assim como afirmou diversas vezes sua admiração por Lênin e pelos “indiscutíveis progressos materiais” alcançados pelos países do “comunismo histórico” (COUTINHO, 2008b, p. 81). Considerava, mesmo, que

a contribuição de Lênin para o avanço da teoria marxista foi considerável: ele talvez tenha sido o primeiro marxista a colocar de modo concreto a questão da transição para o socialismo e a compreender a centralidade, nessa transição, do problema das alianças de classe. (COUTINHO, 2008a, p. 83).

Mas mesmo esse avanço só teria sido possível porque Lênin atuara em um país atrasado, em que o proletariado era uma classe minoritária, o que teria forçado o revolucionário russo a aperfeiçoar sua teoria tornando a aliança de classes o eixo básico de seu pensamento político. Tal evolução não teria alterado a limitação essencial nas concepções lenineanas do Estado e da revolução.

Para Coutinho, as determinantes históricas da forma de atuação de Lênin e dos bolcheviques teriam se expressado, no plano teórico, no que o marxista baiano chamou de uma *concepção restrita do Estado*, que seria o reflexo pensado do Estado efetivamente existente em formações econômico-sociais orientais, ou seja, naquelas onde a sociedade civil ainda seria primitiva e gelatinosa, não tendo havido o desenvolvimento do componente consensual/hegemônico como determinante da disputa política. Essa concepção do Estado o mostraria como expressão direta e imediata de um domínio de classe exercido através da coerção, expresso preponderantemente nos aparelhos repressivos e burocrático-executivos, com o exército e a polícia constituindo os instrumentos fundamentais do poder político. Tal concepção do Estado se combinaria a uma *concepção explosiva da revolução*, que é a teoria da revolução violenta, forma possível sob tal configuração estatal.

As leituras lenineanas do Estado e da revolução são consideradas, então, como unilaterais porque enxergariam os aspectos coercitivos do Estado e da revolução como se fossem seu aspecto

principal. A raiz de tal unilateralidade seria, em Lênin (mas também em Marx e Engels, ao longo da maior parte de suas vidas), justificada por razões *históricas*, ou seja, devida à apresentação real do fenômeno estatal na época em que ele atuou.

Entretanto, reproduzir na atualidade sua concepção restrita do Estado, e, com ela, sua teoria explosiva da revolução, seria um *erro gnosiológico* que conduziria ao *desastre político*, na medida em que representaria a tentativa de transposição mecânica de uma concepção de Estado e revolução, válida outrora, para um tempo em que prevaleceria, na determinação do fenômeno político, a componente *consensual* ou *hegemônica*.

Esse erro foi chamado por Coutinho, em um texto clássico e bastante influente ao longo dos anos 1980, de *golpismo de esquerda* (1979: p. 45; 1980: p. 37). Com esse conceito, nosso autor cometeu o equívoco de responsabilizar uma suposta tara insurrecional dos comunistas (que estariam transpondo mecanicamente o suposto caminho russo para formações econômico-sociais profundamente diferentes da Rússia de 1917), pelo truncamento de necessários processos de aprofundamento da democracia – incluindo aí o Golpe de 1964. A passagem que resume tal equívoco é esta:

Todas as tentativas de impor modificações radicais por meio da ação de minorias (militares ou não) têm conduzido as forças populares a grandes desastres políticos; os exemplos poderiam ser multiplicados, na história brasileira, mas basta lembrar aqui os eventos que culminaram na tragédia de 1964. (COUTINHO, 1980, p. 37).

Curiosamente, o comunista Coutinho trouxe essa ideia de golpismo de certas “autocríticas” realizadas por setores da própria esquerda, com destaque para a seguinte, realizada pelo Partido Comunista Brasileiro em certo momento de sua história:

O revés sofrido em 1964 pôs a nu muitas das nossas debilidades e revelou, com maior clareza, a nefasta influência que ainda exerce em nossas fileiras, a começar pela direção, uma falsa concepção que se manifesta, de maneira predominante, nos momentos decisivos da nossa vida. É uma concepção errônea do processo revolucionário, *de fundo pequeno-burguês e golpista* [grifo meu], e que consiste em admitir a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação de cúpula ou do Partido [...] desviando-nos da perspectiva de *uma luta persistente pelos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista de hegemonia pelo proletariado*. (Resolução Política do VI Congresso do PCB, 1967, *apud* COUTINHO, 1980, p. 38 – grifos do autor, a não ser onde assinalado).

Sabe-se, por fontes historiográficas confiáveis, que tal leitura nada mais é que uma inversão, atribuindo ao PCB um peso, para não falar em uma linha política, que ele estava longe de ter (CARONE, 1982, v. 3; SCHWARZ, [1970] 2008). Mas vê-se pela citação anterior que Coutinho não estava sozinho ao ler a história do PCB pré-64 de cabeça para baixo: o próprio PCB já a leu assim.

Não se trata aqui de disputar a correção da interpretação de um momento histórico específico. O núcleo da questão é que a intenção de (auto)responsabilizar a esquerda pelo golpe é, ela mesma, reveladora.

Ela se funda sobre os seguintes elementos: a) subestimação da profundidade histórica do movimento da burguesia que Florestan Fernandes chamou de *contrarrevolução em escala mundial* ([1980] 2011, p. 158) ou *contrarrevolução preventiva generalizada* ([1980] 2011, p. 75); b) desconhecimento do limite do bloco

desenvolvimentista que se havia formado no pré-1964 com setores da burguesia brasileira (a suposta burguesia nacional anti-imperialista), sabidamente anticomunista. Esses elementos indicam a miopia política de olhos acostumados demais à *conciliação de classes*, que desaprenderam a ler a movimentação do adversário e tendem a enxergar em qualquer radicalização das classes trabalhadoras o motivo para o desatamento da sanha coercitiva burguesa.

Tal interpretação, bastante dura com setores da esquerda, é bastante branda com a burguesia. Os primeiros são acusados de *esquerdistas*. A segunda, considerada *democrata* – a não ser que seja provocada... Vale notar que a própria burguesia raramente deixou de enxergar as possibilidades de radicalização contidas no ser do proletariado, e se preveniu contra elas. Essa é a razão principal do Golpe, parte de uma prolongada ofensiva contrarrevolucionária burguesa em escala mundial – que foi e vem sendo bastante bem-sucedida, e gerou outros golpes...

A leitura enviesada daquele evento, por muitos partidários da estratégia democrática, repousa sobre uma concepção da disputa política como tendente à conciliação de interesses, na qual o Estado é visto como lugar privilegiado para sua expressão. Essa concepção pressupõe o compromisso com o respeito à institucionalidade vigente por parte de todos os adversários. Assim, caso o proletariado não avance o sinal, não tente “golpes” de mão, respeite os acordos e consensos estabelecidos em torno da institucionalidade democrática vigente, os outros segmentos também o respeitarão e ele poderá chegar, paulatinamente, à direção daquele mesmo Estado. Dando-se as devidas garantias aos demais atores políticos quanto ao compromisso em não quebrar as regras do jogo, espera-se que eles também não as quebrarão. Qualquer quebra na institucionalidade cai na conta da esquerda, e as acomodações da esquerda à ordem costumam ser apresentadas como necessárias para levar à frente a conquista progressiva de espaços.

Apresenta-se, por outro lado, um suposto “caminho russo” como se fosse puramente insurrecional e violento (golpista...). Com isso, oculta-se o papel e a complexidade da acumulação de forças, na larga e desigual temporalidade da construção de hegemonia, no processo de preparação da Revolução de Outubro ao longo de mais de uma década. Tal interpretação hipostasia a componente insurrecional daquele evento, apresentando a parte como o todo e, com isso, mistifica seu significado.

Todo esse raciocínio funda a refutação, aparentemente a toda prova, da pertinência do suposto caminho russo como inspiração a ser aproveitada por uma “esquerda moderna”, cujo objetivo deveria ser a “conquista da hegemonia no curso de uma difícil e prolongada guerra de posições” (COUTINHO, 2007, p. 218). Em lugar de um caminho apresentado como unilateralmente insurrecional, golpista, apresenta-se a proposta de aprofundamento da democracia, mediante uma progressiva e gradual acumulação de forças tendente ao socialismo.

Mas a disjuntiva entre caminho insurrecional e caminho democrático é falsa. Prender-se a ela esconde as verdadeiras determinações centrais em torno do problema da *ruptura* no processo revolucionário.

III

As classes sociais são produto de relações histórico-concretas. Em sua forma moderna, elas se constituem a partir da experiência de seus membros, que, imediatamente, se apresentam como indivíduos que, compartilhando certas vivências, articulam-se partindo de identidades.

Sua *existência política*, entretanto, funda-se sobre sua existência social, e assim também as identidades sobre as quais se apoia. Ela não se dá abstratamente, mas sim na medida em que homens e mulheres descobrem interesses comuns, postos pelas condições objetivas em que vivem, produzem e reproduzem suas vidas e seus modos de vida (DIAS, 2012). É a partir dessa descoberta que indivíduos desempenham papéis determinados por objetivos partilhados, irmanam-se na luta, elaboram aqueles interesses em relação entre si e contra outras classes, põem-se em movimento (THOMPSON, 2001, p. 107). Fazendo isso, reafirmam e negam sua existência individual, transformam-na, mobilizando as forças de suas individualidades para a construção de algo no interior do qual elas adquirem sentidos novos. Nesse processo, podem transformar simultaneamente à realidade e a si próprios (MARX, [1845] 2007).

Isso indica que não apenas os interesses, mas também as intencionalidades e os projetos das classes em luta evoluem conforme a dinâmica do conflito social. É nesse sentido que Marx, já em 1847, apresentou brevemente a constituição do proletariado⁴ enquanto classe para si:

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência [...]. Nesta luta – verdadeira guerra civil –, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a este ponto, a associação adquire um caráter político.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é *para si mesma*. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em *classe para si mesma*. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, [1847] 1985, p. 158-159, grifos meus).

Como demonstrado por Iasi (2002, 2006), a citação acima vale muito mais amplamente do que meramente para trabalhadores da grande indústria. Trata-se de uma descrição sintética do processo geral de constituição da consciência de classe do proletariado, partindo de identidades imediatas, de interesses que se apresentam urgentemente e demandam ação prática, através da qual se ativa o movimento que pode levar à “passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens”, a “passagem do ‘objetivo ao subjetivo’” (GRAMSCI, [1932-1935] 1977, Q. 10, II, §6, p. 1244). Para Gramsci, esse processo de *catarse* representa a mediação através da qual “a estrutura se transforma de força exterior que esmaga o homem, o assimila a si, o deixa passivo, em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política” (p. 1244).

Mas na luta política não necessariamente a *catarse* se completa, tampouco a superação do “momento econômico-corporativo” no “ético-político”. Nem sempre as estruturas se transformam em

“meio de liberdade”, ou melhor, podem se transformar provisoriamente nisso e tal transformação pode ser revertida, as estruturas, se alienando, também têm sua dinâmica própria e podem se voltar contra a classe que nelas se objetivou, contra a continuidade de seu processo de libertação (SARTRE, 1960). Ocorre aí uma interrupção-reversão do processo de emancipação, e o proletariado permanece prisioneiro de formas parciais de consciência, objetivadas em estruturas corporativas, desembocando na constituição daquilo que Iasi nomeou ideologias proletárias⁵ (2007, p. 95 e ss.).

Tais formas ideológicas, até o presente, expressaram idealmente e contribuíram para moldar praticamente certos caminhos tomados pelo proletariado. Vale, a título de ilustração, fazer referência a dois dentre eles. Primeiro, situações de amoldamento de parcelas do proletariado e de suas organizações políticas à ordem burguesa; segundo, relações de dominação que vieram a se estabelecer a partir do engessamento burocrático dos processos de transição socialista.

Nesses processos se forjaram conceitos, teorias, que refletiam idealmente e buscavam explicar o movimento prático da classe, justificando-o como forma necessária assumida pela luta do proletariado – o caminho inescapável do acúmulo de forças rumo à construção gradual e progressiva do socialismo ou comunismo.

IV

Vimos que o proletariado, enquanto classe da sociedade civil, não se apresenta pronto e acabado como “classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil”, como “esfera que possua um caráter universal mediante seu sofrimento também universal e que não reivindique nenhum *direito particular* porque contra ela não se comete uma *injustiça particular*, mas a *injustiça por excelência*” (MARX, [1844] 2010, p. 156). Ele tem o *potencial* para *se tornar* essa classe universal, mas tal potencial só se efetiva através do desenvolvimento de sua luta política e do processo de consciência a ela relacionado.

Essa constatação coloca uma dificuldade: para que o proletariado seja efetivamente a classe representante do interesse universal e construtora da emancipação humana como desenlace de suas próprias lutas, aquele potencial tem de ser, ele próprio, tornado efetividade, e tal exigência se recoloca a cada vez que a classe se põe em luta. Seu papel e seu comportamento não estão lá, dados, intemporalmente nem de uma vez por todas, não são previsíveis desde o início, a não ser como possibilidades (LUKÁCS, [1923] 2003). Dependem fundamentalmente do desenlace das formas objetivas e subjetivas que a luta adquire, e, com ela, suas organizações, seus intelectuais orgânicos⁶, suas teorias, suas formas de ação, seus programas, suas estratégias.

Mas esse desenlace não pode ser compreendido considerando-se apenas a esfera da política. Não se podem superar plenamente as formas organizativas, subjetivas e objetivas, correspondentes ao momento econômico-corporativo da classe sem superar o fetichismo e a reificação na base de tais formas – sem superar as próprias relações sociais que tais formas expressam. Aqui é necessário chamar a atenção para que a existência da forma capitalista da mercadoria pressupõe que o ser social se manifeste imediatamente como conjunto de indivíduos formalmente iguais e proprietários, sendo essa igualdade e

propriedade garantidas pelo Estado e por formas jurídicas contratuais (PACHUKANIS, [1924] 2017). Tais relações, não apenas econômicas, mas jurídicas e políticas, constituem o bloco histórico⁷ no qual a determinação da totalidade do metabolismo social é regida pela valorização abstrata do valor. Esse ponto tem desdobramentos importantes que devem ser considerados pelos intelectuais e militantes socialistas, anticapitalistas, comunistas.

Marx, desde muito cedo em sua evolução intelectual (seguramente desde, pelo menos, 1846, ano em que se encerra o ciclo inicial da construção de sua *teoria da revolução*⁸), combateu sem tréguas as correntes e pensadores, no seio do movimento do proletariado, que propunham chegar ao socialismo gradual ou progressivamente, negligenciando a importante categoria da *revolução* e, com ela, o problema da *ruptura*. Esse combate foi tanto mais aberto e frontal quanto mais essas correntes e pensadores se comprometiam com a manutenção das formas jurídico-políticas características do capitalismo, como se elas pudessem ser ou se tornar o invólucro das novas relações sociais almejadas. Ele se manifesta sob forma mais extensa, por exemplo, em livros como **A miséria da filosofia** (MARX, [1847] 1985) ou **Crítica do Programa de Gotha** ([1875] 2012) – separados por quase trinta anos e bastante diversos entre si, mas que, sob o aspecto em exame, se aproximam grandemente.

Mas sua posição revolucionária e, com ela, sua teoria da revolução, não informam apenas essas obras diretamente voltadas à polêmica. Elas determinam também a própria forma expositiva de sua obra máxima, **O capital** (MARX, [1867] 2013), especialmente de seu Livro I – o único cuja exposição foi integralmente redigida e organizada pelo autor. Na Seção I deste livro, Marx deixa claro que a forma mercadoria é a célula, ou “forma elementar” (p. 113), que condensa em sua própria existência o conjunto das relações sociais vigentes nas “sociedades onde reina o modo de produção capitalista” (p. 113). Com isso, deixa claro também que não se podem superar completamente tais sociedades sem superar aquela forma mesma, e com ela o conjunto de relações sociais que ela, de modo mais ou menos mediado, determina.

Esses pontos aparecem condensados na abertura do início do cap. 2, logo em seguida à extensa apresentação da mercadoria, que culminara nas conhecidas considerações sobre o fetichismo que lhe é inerente. Marx, depois de lembrar que os “guardiões das mercadorias” têm de ser socialmente considerados como indivíduos formalmente iguais e proprietários para que possam participar de uma “relação volitiva”, livre, de troca, e de chamar à atenção do leitor que um pressuposto de tal relação é a forma contratual, “seja ela legalmente desenvolvida ou não”, sustenta que o conteúdo daquela relação jurídica ou volitiva *é dado pela própria relação econômica*. E imediatamente adenda a seguinte nota:

Proudhon cria seu ideal de justiça, a justiça eterna, a partir das relações jurídicas correspondentes à produção de mercadorias, por meio do que, diga-se de passagem, também é fornecida a prova, consoladora para todos os filisteus, de que a forma da produção de mercadorias é tão eterna quanto a justiça. Então, em direção inversa, ele procura modelar de acordo com esse ideal a produção real de mercadorias e o direito real que a ela corresponde. (MARX, [1867] 2013, p. 159).

A produção real de mercadorias e o direito real que a ela corresponde... Mas acontece que a tal “direito real” corresponde, por sua vez, certa forma política. Essa forma política reconhece os indivíduos como formalmente iguais e livres, proprietários, no mínimo, de si próprios e de sua vontade, e atribui a cada um deles o direito de, individual e livremente, escolher outros indivíduos que serão seus representantes em espaços políticos que reconhecem, por suposto, que a economia é o terreno da livre interação entre indivíduos formalmente iguais e proprietários.

Cabe sublinhar a grande distância que separa, de um lado, essas formulações, e, de outro, a exuberante capacidade que organizações e intelectuais do campo proletário têm de naturalizar a separação aparente entre formas políticas e econômicas (ou estrutura e superestrutura...), que vige efetivamente sob o modo de vida capitalista, e propor, reiterada e reiteradamente, caminhos *políticos* para a superação do capital que se desenvolvam mantendo as próprias relações *sociais* de capital – seja em sua dimensão estrutural, seja na superestrutural, ou, para falar mais “cientificamente”, seja em suas dimensões econômicas, seja nas sociais, políticas, culturais⁹.

V

A importância da revolução (e, com ela, da ruptura revolucionária) para Marx não reside apenas na transformação da sociedade ou no controle do Estado (provisório), como se tal sociedade e Estado fossem absolutamente exteriores aos indivíduos e classes que os compõem e às relações que estabelecem entre si. A revolução é decisiva também porque é ela que possibilita o pleno desenlace da transformação do próprio proletariado, e dos indivíduos que concretamente o compõem, ao mesmo tempo em que se realiza a transformação social.

[...] tanto para a criação em massa dessa consciência comunista quanto para o êxito da própria causa faz-se necessária uma transformação massiva dos homens, o que só se pode realizar por um movimento prático, por uma *revolução* [que], portanto, é necessária não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com uma revolução a classe *que derruba* detém o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade. (MARX; ENGELS, [1845-46] 2007, p. 42).

Vê-se que a revolução é necessária não apenas para modificar, destruir, as circunstâncias supostamente exteriores, mas também para que os homens e mulheres que concretamente existem e compõem o proletariado possam *se modificar*, se livrar dos escolhos e das velharias características da forma social burguesa, transformar sua consciência através de sua prática, que, por sua vez, se transforma informada pela consciência, constituir a sociedade comunista na mesma medida em que se constituem como mulheres e homens novas/os, componentes de uma classe que, nesse processo de transformação, se nega a si própria ao trabalhar para a dissolução de todas as classes e das relações sociais que as põem e repõem. É esse o sentido de frases como: “na atividade revolucionária, o transformar a si mesmo coincide com o transformar as circunstâncias” (MARX; ENGELS, [1845-46] 2007, p. 209); ou “a doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado” (MARX, [1845] 2007, p. 533).

VI

Não é outra a posição de Lênin sobre o assunto ao longo do processo revolucionário russo em 1917. Em suas conhecidas *Teses de Abril*, as medidas propostas apontam para o espírito geral de fazer coincidir a transformação de homens/mulheres e das circunstâncias. É assim que Lênin, compreendendo que os soviets são a única forma de governo revolucionário possível nas circunstâncias em que atuava, mesmo sabendo e explicitando que seus partidários são minoria na maior parte deles, propõe que os bolcheviques “defendam a necessidade de transferir a totalidade do poder estatal para os Sovietes de Deputados dos Trabalhadores, *de modo que as massas superem seus erros através da experiência*” (LENIN, [1917] 1974, Tese 4, p. 22-23 – grifo meu). É nesse mesmo espírito que caminham suas propostas de “colocar simultaneamente a produção social e a distribuição dos produtos sob o controle dos Sovietes de Deputados dos Trabalhadores” (Tese 8, p. 24) e alterar o programa do partido quanto à atitude em relação ao Estado, explicitando a demanda por um Estado-comuna que tivesse a Comuna de Paris como protótipo (Tese 9, p. 24).

Essa posição é plenamente compreensível quando localizada no conjunto da produção intelectual do autor em 1917¹⁰. Tomemos aqui, como síntese desse conjunto, o “último grande texto teórico de Lênin” (NETTO, [1987] 2007, p. 148), **O Estado e a revolução**, escrito poucos meses depois daquelas teses.

Lênin, às vésperas do desenlace decisivo do processo revolucionário russo, decide empregar seu tempo esclarecendo o que seria a teoria marxista do Estado, de modo a fundamentar sua concepção de quais eram as tarefas do proletariado na revolução em curso¹¹. Nesse livro, injustamente acusado por alguns de representar um flerte de Lênin com o anarquismo (é o caso de LOSURDO, [2008] 2011, cap. 2¹²), o autor acerta contas largamente, e, assim como Marx, sem tréguas, com as correntes e pensadores que advogavam um caminho gradual ao socialismo, negligenciando ou tratando oportunisticamente os problemas da revolução e da ruptura.

O revolucionário russo considera esse acerto de contas prioritário, mesmo que haja tantas tarefas práticas a realizar, porque “a luta das massas trabalhadoras para se libertarem da influência da burguesia em geral, e da burguesia imperialista em particular, é impossível sem a luta contra os preconceitos oportunistas em relação ao ‘Estado’” (LÊNIN, [1917] 2007, p. 20). E que preconceitos seriam esses? Ei-los, em uma enumeração rápida:

1. O Estado é interpretado como órgão de *conciliação* das classes, e não da *submissão* de certas classes por outras, subestimando-se o problema da determinação da existência do Estado pelo antagonismo irreconciliável entre as classes (cap. I, seção 1, p. 25-28);
2. Subestima-se a centralidade da dimensão *coercitiva* do Estado, manifesta na instituição do poder público como força armada (destacamentos de homens armados como exército permanente e polícias) e aparelhos coercitivos a ela relacionados (cap. I, seção 2, p. 29-31);
3. São negligenciados: a) o papel do Estado representativo moderno (incluindo aí sua forma de república democrática, em que esse papel é exercido “indiretamente, mas com maior

segurança”) como instrumento da *exploração* do trabalho assalariado pelo capital; b) o papel do sufrágio universal como instrumento de *dominação* da burguesia, na medida em que convence o povo de que através dele se pode “manifestar verdadeiramente e impor a vontade da maioria dos trabalhadores”¹³ (cap. I, seção 3, p. 32-35);

4. Sustenta-se uma concepção de *transição* socialista que se daria através de “uma transformação lenta, igual, *progressiva*, sem sobressalto nem tempestade, sem revolução”, concepção essa que leva ao “esquecimento” e à “negação da revolução” (cap. I, seção 4, p. 35-39);
5. Confunde-se a revolução com aquela transformação lenta e progressiva, ou seja, fala-se nela *como se fosse possível suprimir sua dimensão violenta*, a necessidade do emprego da força coercitiva (cap. I, seção 4, p. 39-41).

Lênin chega a algumas sínteses importantes a partir desse seu estudo rigoroso da teoria da revolução de Marx e Engels, iluminado pelo combate ao oportunismo empreendido no livro. Cabe aqui iluminar cinco delas:

1. O ponto central da teoria marxista da revolução é contribuir para que o proletariado compreenda, desde o presente, a necessidade do uso da coerção no processo revolucionário, e se prepare para isso. Daí a centralidade do conceito de ditadura do proletariado em seu pensamento;
2. Essa ditadura do proletariado é a forma do alargamento sem precedentes da democracia no Estado proletário, manifesto em medidas como supressão do exército permanente, elegibilidade absoluta, amovibilidade em qualquer tempo de todos os empregos dos funcionários do Estado, sem exceção, redução dos vencimentos ao nível do salário operário habitual, extinção do caráter privilegiado e hierárquico das funções do poder de Estado. O primeiro exemplo histórico de ditadura do proletariado foi a experiência da Comuna de Paris, forma política enfim encontrada sob a qual realizar-se a emancipação humana mediante a luta do proletariado;
3. O presumido alargamento da democracia pressupõe, não uma progressiva participação do conjunto da população nas instituições representativas atualmente vigentes, fundadas sobre a manutenção das relações sociais de capital, com a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho assalariado, mas sim “a ‘expropriação dos expropriadores’ preparada ou realizada, [...] socialização da propriedade privada capitalista dos meios de produção” (p. 65);
4. É a negação dos três pontos acima que caracteriza as tendências que Lênin chama de “oportunistas”. Essa negação ou omissão manifesta-se nos “preconceitos” sumariados anteriormente, nos quais transparece a concepção “oportunista” do Estado em geral e da relação entre Estado e revolução;

5. Se é verdade que a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem a ocorrência de momentos violentos, por outro lado não é menos verdade que essa substituição se funda sobre o alargamento, aprofundamento e popularização das formas democráticas e visa à supressão do próprio Estado ao longo da transição socialista, que deve caminhar de braços dados com a extinção das classes sociais na fase superior da sociedade comunista.

VII

Ao se afirmar que um adversário é “oportunista”, pode-se pensar que se trata de algum xingamento ou da desvalorização moralista do adversário. Mas não. Esse adjetivo se refere, independente do julgamento moral que se faça dele e das razões éticas que o movam, aos que se deixam aprisionar na ideia de que a política se reduz ao estreito limite das oportunidades supostamente “possíveis”, do que se apresenta “agora”, da necessidade de “esperar um momento oportuno” em que as condições estejam “maduras”.

Como ironiza Daniel Bensaïd, a revolução é sempre *prematura* em relação às expectativas dos que não a enxergam como possível. Ele adenda, entretanto, que a noção de prematuridade não tem sentido prático no horizonte bruxuleante da possibilidade histórica efetiva, ao mesmo tempo em que lembra que “para o marxista legal Struve, como para os mencheviques, uma revolução socialista na Rússia em 1917 parecia monstruosamente prematura” (BENSAÏD, [1997] 1999, p. 81). Entretanto, ela ocorreu. Sua ocorrência, então, não teria ido contra as próprias possibilidades, contrariando as leis de desenvolvimento da história? Se os fatos não concordam com nossas expectativas, denunciemos os fatos: se ela ocorreu contra o que esperávamos, então foi um erro. Foi possível realiza-la, mas não como queríamos – como queríamos, naquele momento, naquele lugar, daquela forma, teria mesmo sido impossível...

Bensaïd reverbera a pergunta feita por muitos: “não teria sido mais prudente e preferível respeitar os ritmos da história, deixar que amadurecessem as condições objetivas e o capitalismo russo, dar à sociedade o tempo para modernizar-se?” ([1997] 1999, p. 81). Ele sabe que dar resposta afirmativa a essa pergunta significa tão somente deixar à história, ou às assim chamadas condições objetivas, a tarefa de resolver nossos problemas. Mas podemos nos decepcionar: Engels, por exemplo, lembrava que “a história não faz nada”, pois ela “não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos” (MARX; ENGELS, [1845] 2011, p. 111).

Daí o problema da estratégia democrática. Ao negligenciar, ou querer refutar, a necessidade de trabalhar para que a revolução seja feita pelos homens *tais como são hoje*, aprisiona o proletariado não apenas a formas de consciência parciais, mas também à sociedade que afirma querer superar.

Referências:

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1997] 1999.

- CARONE, Edgar. **O PCB**. 3 vols. São Paulo: DIFEL, 1982.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 9, p. 33-47, março de 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. São Paulo: LECH, 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008a.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008b.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modos de vida**. São Paulo: Sundermann, 2012.
- FERNANDES, Florestan. Apresentação. In: LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, [1978] 2007. p. 9-17
- FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1980] 2011.
- GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia**. São Paulo: DIFEL, 1967.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. 4 vols. 2 ed. Torino: Einaudi, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vols. 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Boitempo (Viramundo), 2002.
- IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel; NEVES, Víctor (org.). **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- LENIN, Vladimir. **Collected Works**. 2nd edition. Vol. 01-46. Moscow: Progress Publishers, 1974.
- LENIN, Vladimir. The tasks of the proletariat in the present revolution. In: _____. **Collected Works**, v. 24. Moscow: Progress Publishers, [1917] 1974. p. 19-26
- LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução: o que nos ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, [1917] 2007.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LOSURDO, Domenico. Marx, Cristóvão Colombo e a Revolução de Outubro. **Princípios: revista teórica, política e de informação**, n. 92, out./nov. 2007.
- LOSURDO, Domenico. **Stalin: historia y crítica de una leyenda negra**. Barcelona: El Viejo Topo, [2008] 2011.
- LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis: Vozes, [1970] 2002.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, [1923] 2003.
- MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: _____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, [1844] 2010. p. 145-157
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: _____; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, [1845] 2007. p. 533-535
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, [1847] 1985.
- MARX, Karl.. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.
- MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, [1875] 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, [1848] 2005.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, [1845-46] 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, [1845] 2011.
- NETTO, José Paulo. Lênin e a instrumentalidade do Estado. In: LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, [1987] 2007. p. 145-184
- NEVES, Victor. Carlos Nelson Coutinho e a Revolução Russa entre passado e presente. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 5, n. 9, jul./dez. 2017.
- NEVES, Victor. **Democracia e socialismo**: Carlos Nelson Coutinho em seu tempo. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- PACHUKANIS, Evguiéni. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, [1924] 2017.
- SARTRE, Jean-Paul. **Critique de la raison dialectique**. Tome I. Paris : Gallimard, 1960.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, [1970] 2008. p. 70-111.
- THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- ZIZEK, Slavoj (org.). **Às portas da revolução**: escritos de Lênin de 1917. São Paulo: Boitempo, 2005.

Notas

¹ Doutor em Serviço Social. Professor efetivo da Universidade Federal do Espírito Santo, vinculado ao Departamento de Teoria da Arte e Música e ao Programa de Pós-Graduação em Política Social. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0235547517607109>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3540-0034>. E-mail: victornsouza@gmail.com.

² Essa definição de estratégia a diferencia da *tática*, que, segundo os mesmos autores, é a teoria da formação e da condução de cada um desses embates singulares tomado em si mesmo. Tais conceitos, assim como a articulação entre eles e aqueles de via, objetivo final, programa, foram bastante aprofundados em Neves (2019: cap. 5, item 5a).

³ Os parágrafos a seguir resumem a análise desenvolvida em Neves (2017). Lá podem ser encontradas as referências às obras de Coutinho em que aparece cada uma das categorias apresentadas, assim como uma problematização mais aprofundada de sua interpretação da Revolução Russa.

⁴ A definição de *proletariado* com a qual se trabalha neste texto é a seguinte, formulada por Engels em nota ao *Manifesto Comunista*: “a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir” (em MARX e ENGELS, 1848 [2005], p. 40).

⁵ Sinteticamente: ideologias proletárias são entendidas como formas de consciência do proletariado que reproduzem limites característicos das ideologias, tais como a inversão, a mistificação, o ocultamento, a naturalização, a ultrageneralização, a tomada do particular por universal. Sua cristalização indica a interrupção-reversão do processo de passagem do momento econômico-corporativo ao ético-político da luta proletária.

⁶ Esquemáticamente falando, o intelectual orgânico é aquele que desempenha, para uma classe, as funções conectivas, organizativas, teóricas, diretivas, educativas que o intelectual tomado em geral (ou seja, abstratamente) desempenha para a sociedade tomada em geral. Isso pressupõe que ele esteja vinculado organicamente a um dos aparelhos instituídos pela classe em seu processo de autoconstituição política. Para aprofundamento, cf. Gramsci ([1929-35] 2015, vol. 2) e Liguori; Voza (2017, verbetes *Intelectuais* e *Intelectuais orgânicos*).

⁷ Sinteticamente: o bloco histórico é a unidade estrutura-superestruturura sob a qual se manifesta histórico-concretamente a vida social. Essa definição sintética arranca da “concepção de ‘bloco histórico’, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, [1930-31] 2015, vol. 1, C. 7, § 21).

⁸ Esse ponto de inflexão em sua trajetória se expressa de modo claro e condensado na redação das *Teses sobre Feuerbach*, cujas ideias centrais são desenvolvidas largamente em *A ideologia alemã*. Cf. Löwy ([1970] 2002).

⁹ Gramsci, no contexto de seu estudo sobre o *Manual popular de sociologia marxista* de Bukhárin, critica o “modo barroco de pensar” que apresenta a separação entre estrutura e superestrutura como se ela correspondesse a algo mais que uma forma de manifestação imediata da vida social, e mais, como se a primeira sempre e necessariamente determinasse a segunda como “causa última”. O comunista sardo considera esse tipo de elucubração apenas “um abracadabra”, “um desvio infantil da filosofia da práxis, determinado pela convicção barroca de que, quanto mais se recorre a objetos ‘materiais’, tanto mais se é ortodoxo”. (GRAMSCI, [1932-33] 2015, vol. 1, c. 11, §29).

¹⁰ A parte mais significativa dessa produção é acessível em Lênin (1974, v. 23-26). Pode-se também consultar a oportuna coletânea organizada por Slavoj Žižek (2005).

¹¹ Não é coincidência que o título do artigo em que Lênin publicou suas Teses de Abril, *As tarefas do proletariado na revolução presente*, seja evocado como subtítulo em *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*.

¹² Essa avaliação do livro de Lênin por Losurdo não surpreende, uma vez que esse importante intelectual, contrariamente a Marx e a Lênin, subestima os problemas da *criação do homem e da mulher novos* e da necessidade de *depercimento do Estado*, taxando-os de “mitologia anarquista” (LOSURDO, 2007). Florestan Fernandes, que compreendeu perfeitamente o pensamento de Lênin, sublinha que ele manifesta “grande respeito pela doutrina anarquista do Estado”, mostrando, por outro lado, suas insuficiências, de modo a prevenir “o delírio político, a confusão entre sonhos e realidades, os saltos impossíveis” ([1978] 2007, p. 11).

¹³ Importante notar que Lênin reconhece a especificidade da forma democrática da dominação burguesa em relação a outras formas, não considerando-a indiferente ao proletariado. “Uma forma de opressão e de luta de classes mais ampla, mais livre, mais franca, facilitará enormemente ao proletariado a sua luta pela abolição das classes em geral” (LENIN, [1917] 2007, p. 98). Ainda assim, defende taxativamente a necessidade de sua abolição revolucionária, como sintetizado nesta passagem: “Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática” (LENIN, [1917] 2007, p. 39).

Recebido em: 24.06.2020

Aprovado em: 25.09.2020